

Sumário

Prefácio – <i>Fábio Nusdeo</i>	7
Apresentação	11
I – Introdução	15
II – O conceito de isenção no direito da concorrência brasileiro	33
1. O problema constitucional	33
2. Regulação das atividades econômicas: conceito e fundamentos.....	50
III – Evolução do conceito de livre concorrência no Brasil – princípio jurídico ou mito?	73
1. Introdução histórica ao processo de adesão social ao conceito de livre concorrência no Brasil	73
2. Posituação jurídica de um valor social ou idealização de um modelo de sociedade: dilemas e contradições no processo de aplicação do conceito de isenção no direito concorrencial brasileiro	95
3. Evolução dos objetivos da legislação de repressão ao abuso do poder econômico e do direito da concorrência no Brasil: transformando valores econômicos em valores jurídicos sob a forma de garantias institucionais.....	120
IV – Os principais modelos de referência institucional da legislação concorrencial brasileira	141
1. O conceito de isenção no direito da concorrência da União Européia ..	143
1.1. Objetivos do direito da concorrência da União Européia	143
1.2. Antecedentes históricos da legislação de proteção à concorrência na União Européia	149
1.3. O Regulamento n. 17	161
1.4. O Artigo 81 do Tratado da Comunidade Européia	171
1.5. Redução do campo de aplicação das regras concorrenciais no Mercado Comunitário	182
1.6. O conceito de isenção – critérios e condições gerais para sua outorga	194
1.6.1. Isenções por categorias	197
1.6.2. Isenções individuais – condições e critérios gerais	208

2. O conceito de isenção no direito antitruste dos Estados Unidos.....	218
2.1. Objetivos do direito antitruste dos Estados Unidos.....	218
2.2. O conceito de isenção ou imunidade.....	227
2.2.1. O direito constitucional de peticionar (<i>Noerr Doctrine</i>) ...	231
2.2.2. A ação política dos Estados Federados (<i>State Action Doctrine: Parker Immunity</i>)	233
2.2.3. O problema da jurisdição: o comércio exterior e a relação com países estrangeiros (<i>Antitrust Jurisdiction: Interstate Commerce and Foreign Commerce</i>).....	238
2.2.4. Setores regulados (<i>Regulated industries</i>).....	247
V – A política de concorrência enquanto instrumento para a implementação de políticas públicas: a instrumentalização do conceito de isenção	291
VI – Harmonização global da legislação concorrencial ou <i>lex americana</i> : iniciativas para uma agenda internacional relativa às políticas de concorrência	297
VII – Concorrência, cooperação e desenvolvimento.....	323
VIII – Competição ou cooperação: do falso dilema entre competir ou cooperar ao conceito de concorrência cooperativa	349
Bibliografia	363